

A Necessidade de fundamentação da moral

Quando enfrentamos problemas procuramos tomar decisões que consigamos justificar.

Os fundamentos que justificam as nossas ações derivam da reflexão sobre as nossas ações e os princípios que nos guiam, assim como as suas consequências.

➤ Kant – ética deontológica

A dignidade humana vem da capacidade que o ser humano tem de raciocinar, conferindo-lhe autonomia.

A moralidade do comportamento é decidida pela razão tendo a decisão de ser aceite por todos os seres racionais.

- ✓ Tese: os seres humanos podem chegar a acordo não só nas questões de lógica e matemática, mas também sobre problemas morais.

Trata-se de uma ética normativa e deontológica



Com sentido de dever. Designa os deveres e os princípios que um grupo profissional, deve ter ao exercer a profissão.

A moral não depende das consequências da ação, mas do respeito pelo dever.

Moralidade

✓ Identificar o dever

- 1º fórmula: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”.
- 2º fórmula: “Age de tal forma que uses a humanidade tanto na tua pessoa como na de qualquer outra, sempre e simultaneamente como fim, e nunca como meio”.

- Imperativo Categórico

O Dever deve ser cumprido sem condições.

Princípio supremo da moralidade.

Não se trata de um conselho, mas uma ordem a ser cumprida sem condições e sem ter em conta as consequências.

Princípios que vêm da razão e não da experiência para possuir universalidade.

- Imperativo hipotético

O Dever é cumprido sob condições, este só se cumpre se houver contrapartidas.

A ação é moralmente boa não tem em conta os desejos, interesses e os objetivos do agente.

A razão para agir tem que ser puramente racional, indicando qual o dever que deve ser cumprido.

A nossa ação segue princípios reguladores (máximas) subjetivos. No entanto, essa máxima só é moralmente boa se for passível de ser transformada numa lei universal, objetiva e válida para todos.

- ❖ Princípio lógico de não contradição

Uma coisa não pode ser duas coisas diferentes ao mesmo tempo. Exemplo: um objeto não pode ser branco e não branco simultaneamente.



Basta usar a razão para perceber que não faz sentido, não é lógico.

Na identificação do dever necessita-se apenas de usar a razão e agir de forma lógica.

- ✓ **Querer cumprir o dever**

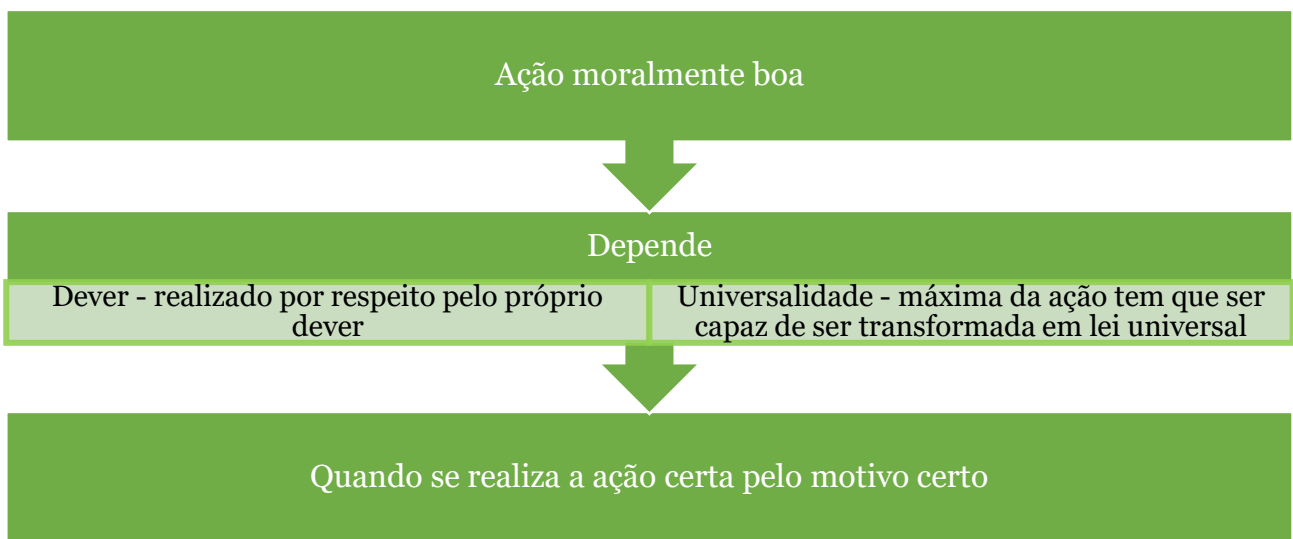
A moralidade não depende apenas da identificação do dever, mas também da vontade genuína de o cumprir.

Os atributos da humanidade não são bons em si mesmos, podendo apenas ser instrumentalmente bons, visto que em determinadas condições podem ser usados para o mal.

“Vontade boa” é o único atributo incondicionalmente bom.

A pessoa só é boa se tiver uma vontade (intenção) boa, pois não está dependente das consequências.

Nem toda a intenção caracteriza a vontade boa. Esta tem que ser reta, pura e motivada pela convicção de que se está a seguir o princípio moral.



Ética Kantiana foi um progresso em relação ao que existia antes.

A segunda formulação torna o imperativo categórico profundamente humanista, característico do período iluminista em que se inseriu.

Críticas:

Alguns críticos afirmaram:

- Imperativo categórico é vazio e formal.
- Não tem em conta conflitos de deveres.
- Negligência as consequências da ação (Kant esquece que o agente é responsável pelas consequências das suas ações).
- Não tem em conta o valor da simpatia e empatia.

- Stuart Mill – Utilitarismo – teoria consequencialista

Fundada no século XVIII por Jeremy Bentham.

Aperfeiçoada no século XIX por John Stuart Mill.

Defende:

- Teoria ética precisa de levar em conta a natureza humana.
- A humanidade está sempre dominada pelo duplo princípio da procura do prazer e rejeição da dor.

Utilitarismo

- Ética naturalista – a humanidade tem como elemento central da sua existência o prazer e a dor, sendo estas realidades naturais.

Tem em conta o direito e os mandamentos divinos.

- Ética hedonista – o prazer é um bem intrínseco sendo considerados como o bem supremo da vida humana.

Bem é o que provoca o prazer e permite evitar o sofrimento.



Provoca do prazer é requisito moral básico.

- Ética consequencialista – A ação boa depende das consequências e não dos atos em si.

O valor moral não é avaliado pela intenção do agente nem pelo seu conteúdo.

A ação não é boa nem má.

As consequências a ter em conta são todas tanto para o agente como para aqueles que as vão sofrer.

“A maior felicidade para o maior número de pessoas”

Refinamento da teoria

Esta teoria foi atacada devido à noção de um prazer sem regras e de excessos.

Mill passa então a usar “a maior felicidade para o maior número de pessoas” como critério de moralidade.

Distingue dois tipos de prazer:

Superiores -> intelectuais

Inferiores -> sensuais

- Considera que no dia-a-dia devem ser aplicadas normas de conduta previamente aceites. A sua teoria deve ser apenas aplicada em circunstâncias de conflito.
 - Utilitarismo da norma
 - Segue normas de conduta cuja utilidade foi confirmada pela experiência. Norma diferente da norma de Kant, pois chega-se através da experiência e não da razão.
 - Utilitarismo do ato
 - Usado em situações excepcionais.
 - Procede à avaliação das consequências como forma de decidir o caminho a seguir.

Atualidade

- Conceito de felicidade foi substituído pelo conceito de preferência.

“A ação com maior valor moral é aquela cujas consequências vão de encontro as preferências do maior número de pessoas”.

Introduz o conceito de intersubjetividade na avaliação ética.

Crítica

- Teoria ética rigorosa e exigente, pois tem uma atenção a felicidade de todos e não apenas do agente.
- Dificuldade em quantificar prazer e felicidade (não são mensuráveis) e é difícil hierarquizar prazeres.
- Ignora as ações más, independentemente de terem ou não consequências boas.
- O critério da maior utilidade/ felicidade pode prejudicar minorias.